

# **Agricultura marginal e vulnerabilidade camponesa: um estudo de caso com trabalhadores acampados às margens da BR-104, entre as cidades alagoanas de União dos Palmares e Murici**

**Ronaldo Rodrigues de Melo Junior**

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – União dos Palmares, Alagoas, Brasil.

e-mail: ronaldorodriguesdemelojunior@hotmail.com

**Leandra Lourenço Domingos**

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – União dos Palmares, Alagoas, Brasil.

e-mail: leandrajufra@hotmail.com

## **Resumo**

O presente trabalho propõe um debate em torno da questão agrária em Alagoas, a partir de um estudo de caso com as famílias acampadas às margens da BR-104, entre as cidades de União dos Palmares e Murici. Trata-se do resultado de uma pesquisa realizada por intermédio do Programa de Iniciação à Pesquisa Científica – PIBIC, da Universidade Estadual de Alagoas, com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. O estudo foi realizado sob a orientação do Prof. Dr. Reinaldo Sousa, coordenador do Grupo de Estudos Territoriais – GETERRI. A opção de método, aqui compreendida como uma forma particular de como enxergamos a realidade, foi o materialismo histórico-dialético. Enquanto por metodologia, optamos por uma pesquisa do tipo bibliográfica acompanhada do trabalho de campo. A categoria geográfica utilizada em nosso trabalho foi o território. E, por fim, os resultados apontaram para uma grande vulnerabilidade social dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

**Palavras-chave:** Questão agrária; vulnerabilidade; camponeses.

## **Marginal agriculture and peasant vulnerability: a case study with workers camped on the banks of BR-104, between the Alagoas cities of União dos Palmares and Murici**

## **Abstract**

This paper proposes a debate on the agrarian issue in Alagoas, based on a case study with families camped along the banks of the BR-104, between the cities of União dos Palmares and Murici. This is the result of a research carried out through the Scientific Research Initiation Program - PIBIC, from the State University of Alagoas, with funding from the Research Support Foundation of the State of Alagoas - FAPEAL. The study was carried out under the guidance of Prof. Dr. Reinaldo Sousa, coordinator of the Territorial Studies Group - GETERRI. The method option, understood here as a particular way of seeing reality, was historical-dialectical materialism. While by methodology, we opted for a bibliographic research accompanied by fieldwork. The geographical category used in our work was the territory. And, finally, the results pointed to a great social vulnerability of the subjects involved in the research.

**Keywords:** Agrarian question; vulnerability; peasants.

## **Agricultura marginal y vulnerabilidad campesina: un estudio de caso con trabajadores acampados a orillas de la BR-104, entre las ciudades alagoanas de União dos Palmares y Murici**

Rev. NERA	Presidente Prudente	v. 24, n. 59, pp. 307-323	Dossiê – 2021	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	---------------------------	---------------	-----------------

## Resumen

Este documento propone un debate sobre el tema agrario en Alagoas, basado en un estudio de caso con familias acampadas a lo largo de las orillas de la BR-104, entre las ciudades de União dos Palmares y Murici. Este es el resultado de una investigación realizada a través del Programa de Iniciación de Investigación Científica - PIBIC, de la Universidad Estatal de Alagoas, con fondos de la Fundación de Apoyo a la Investigación del Estado de Alagoas - FAPEAL. El estudio se realizó bajo la guía del Prof. Dr. Reinaldo Sousa, coordinador del Grupo de Estudios Territoriales - GETERRI. La opción del método, entendida aquí como una forma particular de ver la realidad, era el materialismo histórico-dialéctico. Mientras que por metodología, optamos por una investigación bibliográfica acompañada de trabajo de campo. La categoría geográfica utilizada en nuestro trabajo fue el territorio. Y, finalmente, los resultados apuntaron a una gran vulnerabilidad social de los sujetos involucrados en la investigación.

**Palabras clave:** Cuestión agraria; vulnerabilidad; campesinos.

## Introdução

O debate em torno da questão agrária em Alagoas não é uma tarefa das mais simples. Trata-se de uma discussão complexa, que envolve diversos fatores e os mais variados problemas. Um desses problemas diz respeito à ausência de uma ampla reforma agrária, o que contribui para numerosos casos de marginalização no campo brasileiro. E no estado em questão, não é diferente. Afinal, estamos diante de um sistema perverso, que se consolidou ao longo do processo de formação econômica e territorial pela subjugação dos mais fracos, por uma oligarquia agrária e uma intensa concentração fundiária.

Desta forma, conhecer o processo histórico da formação social e o uso da terra em Alagoas é fundamental para a compreensão de um importante debate da atualidade: a desigualdade social no campo, materializada na produção e no uso desigual do espaço agrário. Ali, uma minoria concentra a maior parte das terras agricultáveis, objetivando a sua apropriação para fins especulativos ou para abastecimento do mercado internacional. E, conseqüentemente, contribuem para a marginalização dos desprovidos do capital de possuírem um pedaço de terra para prover a sua própria subsistência, restando assim a ocupação de “territórios marginais”. Dentre esses, os próximos das rodovias federais.

Este problema está presente não apenas no estado de Alagoas, mas também em outras unidades da federação, a exemplo do estudo de caso de Alves (2015), titulado Agropecuária de beira de estrada em Sergipe: um estudo da BR-235, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Junior, que aborda a questão no estado de Sergipe. Para a autora,

[...] a produção agropecuária nas faixas de domínio da União sob tutela do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) e da Polícia

Rodoviária Federal (PRF) ou a chamada “agricultura de beira de estrada”, revela a necessidade de acesso a terra por sujeitos pobres e sem terras do campo e da cidade. A explicação para tal fenômeno não pode ser buscada apenas na modernização e tecnificação de parte das grandes propriedades, mas, principalmente, na aquisição das terras por latifundiários que visam utilizá-las como reserva de valor, como instrumento de especulação e como recurso do poder político (ALVES, 2015, p. 17).

Destarte, o presente trabalho propõe analisar como se dá o acesso e o uso das terras nos acostamentos da rodovia na BR-104, entre as cidades de União dos Palmares e Murici, no estado de Alagoas. O trabalho foi resultado de uma pesquisa realizada por intermédio do Programa de Iniciação à Pesquisa Científica – PIBIC, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, sob a orientação do Prof. Dr. Reinaldo Sousa, coordenador do Grupo de Estudos Territoriais – GETERRI, da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. É importante ressaltar que a presente pesquisa foi inspirada na dissertação da Prof.<sup>a</sup> Me. Renata Bastida Alves (2015), da Universidade Federal de Sergipe – UFS, como citada anteriormente, a qual analisou o uso do recorte espacial de quatro municípios sergipanos ao longo das margens da BR-235 neste estado.

A opção de método, entendida aqui como uma forma particular de como enxergamos a realidade, foi o materialismo histórico-dialético, por acreditarmos ser o mais eficaz para compreensão das contradições da estrutura agrária alagoana. Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 107), o materialismo histórico-dialético busca:

[...] investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenha na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações.

Enquanto metodologia, optamos por uma pesquisa do tipo bibliográfica. Isto porque a nossa compreensão é a de que “[...] o correto uso de teorias, conceitos ou categorias explicativas, ainda que já usadas numa dada realidade, pode sugerir novas possibilidades em outra dada realidade histórica ou espacial” (SOUSA, 2017, p. 31). Por ser a agricultura de beira de estrada um tema pouco abordado no estado e, conseqüentemente, com pouco referencial disponível, optou-se, também, por uma investigação quantitativa, com dados colhidos a partir de um trabalho de campo.

Para tanto, foram aplicados 39 questionários semiestruturados que permitiram a coleta de informações sobre a realidade do objeto de estudo. É importante, pois, lembrar que “[...] o trabalho de campo é uma ferramenta de suma importância para o

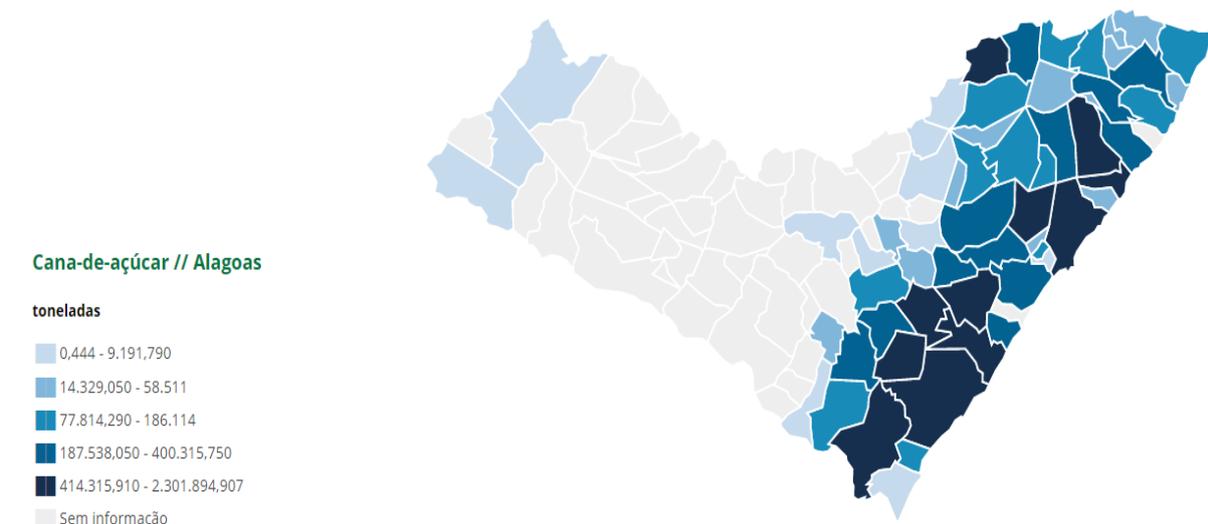
desenvolvimento das pesquisas de caráter geográfico e é através dessa ferramenta que se chega aos resultados dos dados empíricos coletados em campo” (ALVES, 2015, p. 19).

A categoria geográfica utilizada no trabalho foi o território. Essa categoria, mais do que um espaço físico determinado, “[...] é formado por un conjunto complejo de relaciones sociales, de producción [...] que se establecen entre los hombres, y entre estos y la naturaleza, con un grado mayor o menor de integración a entidades sociales más amplias hasta la sociedad en su conjunto.” (ALBELO, 2005 apud SOUSA, 2017, p. 33).

### Uma breve contextualização da estrutura fundiária e as consequências para o campesinato em Alagoas

A historiografia do estado de Alagoas se entrelaça com a própria história do cultivo de cana-de-açúcar. Afinal, “[...] a colonização e posterior povoamento desta parte do Brasil sempre esteve ligado a esta cultura agrícola” (SOUSA, 2017, p. 2). A economia alagoana desenvolveu-se baseada na exploração da mão-de-obra escrava para o plantio da cana-de-açúcar em latifúndios para a exportação. Assim, a sua formação socioeconômica não difere dos outros estados nordestinos, onde predominou uma forte concentração fundiária (CARVALHO, 2009). A figura 1 possibilita uma visão espacial deste domínio.

**Figura 1: Espacialização da produção de cana-de-açúcar em Alagoas**



Fonte: IBGE/Censo Agro 2017.

A consolidação da estrutura fundiária em Alagoas, marcada historicamente pela concentração, definiu os donos e os excluídos da terra ao longo da história. As políticas fundiárias, elencadas com o passar do tempo, sempre beneficiaram os grandes latifundiários

em detrimento de outras categorias, dentre elas o campesinato. Assim, estabeleceu-se uma divisão de classes sociais: “[...] os proprietários, que lucram com a produção das terras, e os trabalhadores, que cumprem ordens e recebem um salário pelo serviço que prestam.” (CARVALHO E GONÇALVES, 1998, p. 20).

Com o advento do Neoliberalismo, no final do século passado, muitos estados brasileiros se viram obrigados a reestruturarem o seu sistema produtivo para a nova lógica capitalista, uma verdadeira desregulamentação do Estado no mercado (SOUSA, 2017). Em Alagoas, isso vai culminar na desativação de muitas pequenas usinas, além de provocar uma maior concentração na produção canavieira nas mãos de poucos grupos empresariais. Verificou-se, assim, uma concentração natural do capitalismo, ou seja, o “[...] capital maior engole o do capital menor” (REZENDE FILHO, 1995). Desta forma, as pequenas usinas e propriedades camponesas foram adquiridas pelos grandes grupos empresariais e latifundiários.

Com a mercantilização da terra, observou-se uma luta pela posse e pelo controle desse bem tão essencial para a vida humana. De um lado, o grupo dos que necessitam da terra para prover sua própria subsistência. De outro, aqueles que desejam a sua apropriação para fins meramente especulativos (MELO JUNIOR et al., 2019).

Segundo Alves (2015, p. 12):

[...] a terra é um bem natural e não foi criada pelo trabalho humano. Ela não se configura enquanto uma mercadoria produzida pelo homem. Porém, no modo de produção capitalista, a propriedade privada da terra torna esse bem natural e originário em uma mercadoria especial. A partir desse momento, a terra passa a ser apropriada com fins lucrativos, possibilitando a extração da renda da terra, bem como a especulação imobiliária, constituindo, também, reserva de valor.

Contudo, o sistema capitalista vem desestruturando as formas camponesas de produção e destinando a terra para a monocultura comercial de exportação. Assim, a produção de alimentos é deslocada para a lógica mercantil de lucro, e não para a subsistência dos camponeses (MELO JUNIOR et al, 2019). Essa nova configuração da dinâmica socioespacial, com a implantação de novas racionalidades produtivas, provoca a subordinação do campesinato, através de sua incorporação no mundo assalariado, ou mesmo a sua migração para as cidades em busca de emprego. Assim,

[...] no campo a pobreza é mais agudizada tomando como referência a expropriação massiva dos camponeses, pois esses são expulsos de suas terras pela forte pressão do capital e acabam ficando sem o seu principal meio de trabalho, que é a terra. Com isso, muitos desses partem para a cidade em busca de alguma ocupação e outros resistem no campo mesmo que sejam tornando-se assalariados para os grandes complexos agroindustriais e/ou grandes latifúndios, muitas vezes, os mesmo que os expropriou (ALVES, 2015, p. 80).

O campo vem perdendo, ao longo do processo de consolidação e expansão do sistema capitalista, a sua idiossincrasia para um território cada vez mais “maquiado” pelo discurso progressista do “Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é Tudo”, que prioriza o crescimento da receita do Estado, e de uma pequena elite de exportadores e investidores. Enquanto isso, a população mais pobre sofre em busca de uma reforma agrária que garanta o mínimo de direito à terra. Assim, impera a lógica perversa do mercado. Neste contexto, o campesinato é negligenciado pelo Estado e, por conseguinte, vulnerável ao sistema capitalista.

Para Porto (2007 Apud SANTOS 2017, p. 139-140),

[...] o conceito de vulnerabilidade está referido a grupos sociais específicos que se encontram em um dado território, expostos a um determinado fenômeno e fragilizados quanto a sua capacidade de compreender e enfrentar esses riscos. Ainda, segundo o autor, essa característica torna a vulnerabilidade um conceito-chave para uma análise integrada e contextualizada dos riscos, por trazer à tona, simultaneamente, questões éticas, políticas, físicas e técnicas que conformam a distribuição espacial dos riscos e a capacidade das populações em enfrentá-los.

Nesse sentido, a ocupação dos camponeses nas margens da BR-104, entre as cidades de União dos Palmares e Murici, é um exemplo específico de um grupo social marginalizado e exposto ao fenômeno da vulnerabilidade, onde o uso e a ocupação da faixa de domínio da rodovia federal podem ser entendidos como uma forma de resistência diante da injustiça social no território alagoano. A ocupação caracteriza-se por moradias inadequadas e a ausência de serviços básicos, como energia elétrica, o saneamento e a água encanada.

O Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte - DNIT e a Polícia Rodoviária Federal – PRF são os responsáveis por todo arcabouço jurídico de uso e ocupação das faixas das rodovias federais. Conforme Alves (2015), a principal funcionalidade das faixas de domínio é a de estarem desocupadas, como uma faixa de segurança e, também, como um distanciamento entre o acostamento e as cercas das propriedades privadas alocadas às margens das rodovias. Porém, o Manual de Procedimentos para Permissão Especial de Uso conduzido pelo DNIT, permite o uso e a ocupação das margens com as suas respectivas instalações, como a energia elétrica, a tubulação de gás, água e esgoto, os abrigos de passageiros, os pontos de parada de ônibus, dentre outros estabelecidos pelo DNIT. Assim,

[...] percebe-se a inexistência de legislação no que diz respeito às práticas agropecuárias desenvolvidas nessas faixas, pois é uma ocupação ilegal de terras públicas. [...] Desta forma, a prática agropecuária e extrativista às margens das rodovias é terminantemente proibida segundo as leis vigentes. Além de ser bastante perigosa, principalmente devido ao fluxo intenso de automóveis e também por se tratar de uma faixa de segurança, sua função

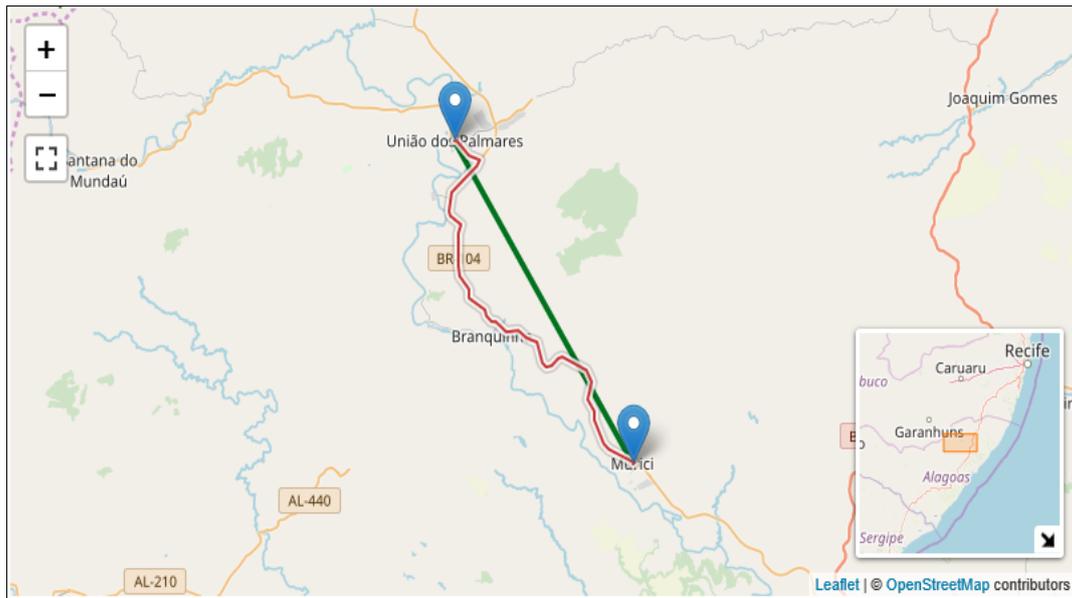
é estar desocupada para fins fixados nas normas vigentes (ALVES, 2015, p. 110).

A agropecuária de beira de estrada é fruto da falta de acesso à terra por parte dos sujeitos sociais sem-terra. Isso tem acontecido às margens da BR-104 entre os municípios de União dos Palmares e Murici, em Alagoas. Essa ocupação se dá com o intuito de garantir a subsistência desses sujeitos despossuídos de terra que, mesmo sofrendo pressão da lógica mercantilista, persistem em manter a sua identidade com a terra. Cabe lembrar que, diferentemente do alimento produzido pelo agronegócio, cuja lógica é a reprodução do capital, o alimento camponês tem como objetivo a reprodução familiar. Assim,

[...] O excedente de produção que chega ao mercado, embora podendo gerar lucro financeiro, continua sob a lógica de reprodução social da família. Ainda, nas áreas de produção camponesa, nos bairros rurais ou regiões marcadas por pequenas produções familiares, a divisão, doação, compartilhamento de alimentos com os vizinhos (podendo ser parentes ou não) é uma realidade. Vale enfatizar que é uma realidade notável diante de uma sociedade cada vez mais marcada pelas relações mediadas pelo dinheiro, medidas pelas relações de compra e venda (ALVES, 2015, p. 122).

A prática agropecuária, desenvolvida nas margens da BR-104 pelas famílias camponesas, depende da ocorrência da chuva. Ou seja, se realiza, sobretudo, nos meses mais chuvosos. Durante a estiagem são compelidos a buscarem outras formas de subsistência, mas aproveitam ao máximo do que a terra pode lhes oferecer. Dela retiram macaxeira, batata, feijão, milho, maracujá, inhame, melancia, abóbora e amendoim, dentre outros cultivos. Além da criação de pequenos animais como galinhas, porcos e cabras. Na figura 2 é possível observarmos a localização do trecho em estudo.

**Figura 2: Trecho da BR-104 entre as cidades de União dos Palmares e Murici, Alagoas.**



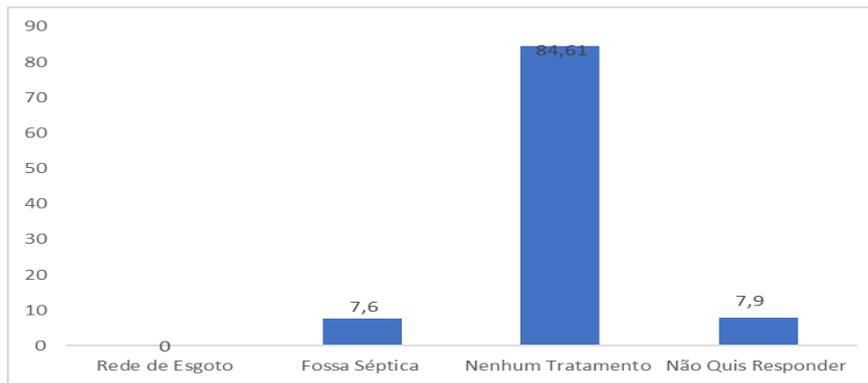
Fonte: Google, 2019

### **Analisando alguns dados da prática de uma agricultura marginal às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici - AL**

Para consecução deste trabalho, foram aplicados 39 questionários, conforme apontamos inicialmente. A partir da coleta destes dados, foi possível fazer uma análise da vulnerabilidade dos camponeses das margens da BR-104. Ao todo, foram visitados 5 (cinco) acampamentos, todos localizados às margens da referida BR. Os dados, tabulados e transformados em gráficos, permitem a percepção da fragilidade socioeconômica a que estão todos submetidos. Os resultados demonstram uma classe social destituída de garantias fundamentais. Pelo menos 84,61% (33 dos entrevistados) não possuem tratamento de resíduos em suas residências, e somente 3 (7,6%) possuem fossa séptica (gráfico 1). Um fato preocupante, pois a falta de saneamento básico pode facilitar a proliferação de doenças nos acampamentos, como a diarreia, esquistossomose, leptospirose, dengue, zika e chikungunya.

#### **Gráfico 1: Tratamento de resíduos das Famílias acampadas às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici-AL (%).**

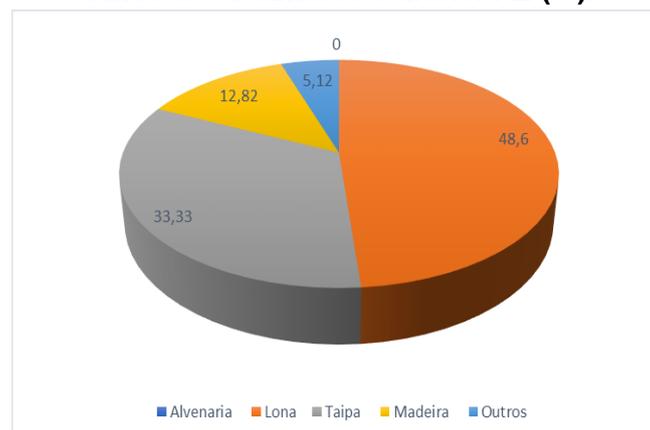
AGRICULTURA MARGINAL E VULNERABILIDADE CAMPONESA: UM ESTUDO DE CASO COM TRABALHADORES ACAMPADOS ÀS MARGENS DA BR-104, ENTRE AS CIDADES ALAGOANAS DE UNIÃO DOS PALMARES E MURICI



Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

Os entrevistados também relataram que sofrem, constantemente, com a falta de água, apagões de energia elétrica e inexistência da coleta de lixo. De forma geral, reclamaram da infraestrutura precária e da ausência de assistência social em saúde, educação e transporte. Em sua maioria, as moradias são de lona (48,6% ou 19), taipa (33,33% ou 13) ou madeira (12,82% ou 5). Pouco menos de 6% são constituídas de outros materiais, como alvenaria (gráfico 2).

**Gráfico 2: Tipo de moradia das Famílias acampadas às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici-AL (%).**



Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

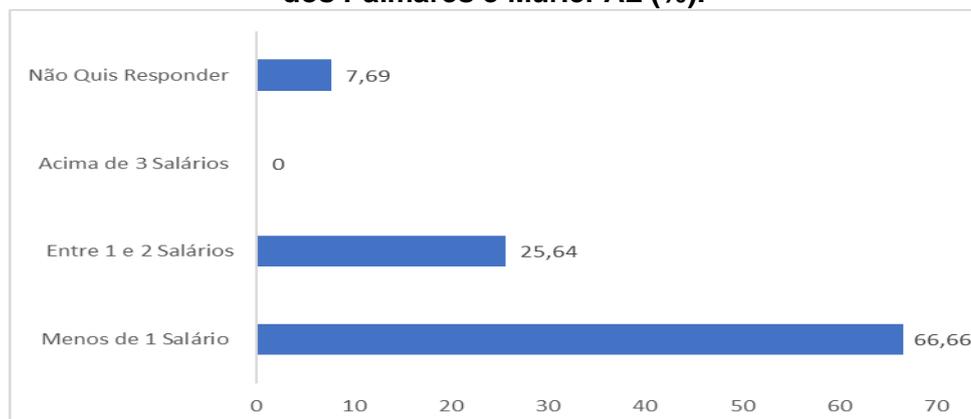
**Fotografia 1: Casa construída de madeira na beira da BR 104, em União dos Palmares.**



Foto: dos autores, 2018.

A renda média das famílias que ali vivem é muito baixa, o que dificulta sensivelmente a qualidade de vida. Além disso, as moradias são consideradas pelo Estado como “ilegais”. Um fato que agrava, ainda mais, a situação dos moradores. São pelo menos 66,66% (26 das famílias entrevistadas) sobrevivendo com somente 1 (um) salário mínimo. Outros 25,64% recebem entre 1 e 2 salários mínimos (gráfico 3).

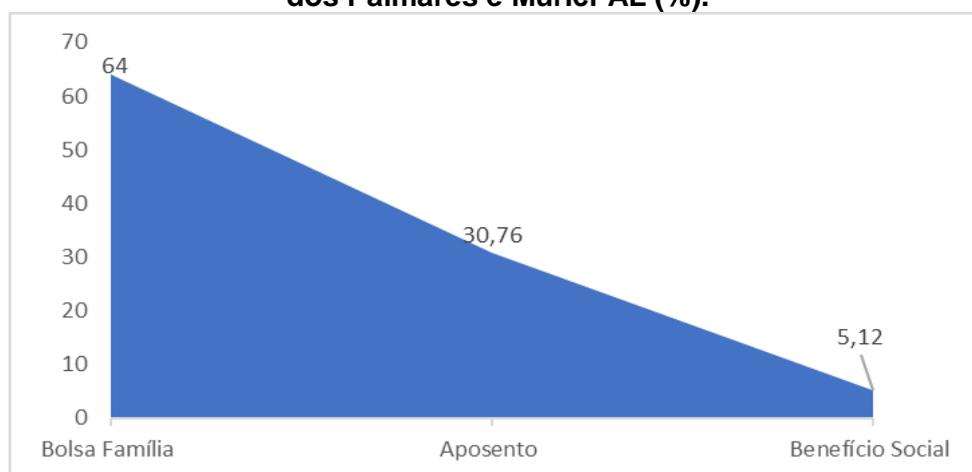
**Gráfico 3: Renda Média das Famílias acampadas às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici-AL (%).**



Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

Além de possuírem um rendimento mensal baixo, 25 famílias disseram que dependem do Programa Bolsa Família para a sobrevivência. Além disso, outras 12 famílias dependem da aposentadoria, e outras duas de algum outro benefício social. Ou seja, há naquele espaço de vida, uma grande dependência dos programas de transferência de renda do Governo Federal (gráfico 4). No geral, há um complemento de renda com a produção agropecuária. Ou seja, de tudo que produzem para a sua subsistência, uma parte é destinada ao mercado para garantir esse complemento de renda. Esses produtos e os pequenos animais, quando não são negociados às margens da BR, são levados às feiras livres dos municípios vizinhos de União dos Palmares, Branquinha e Murici.

**Gráfico 4. Tipo de renda das Famílias acampadas às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici-AL (%).**



Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

Além das dificuldades enfrentadas no cotidiano destes moradores, eles ainda têm que lidar com os conflitos derivados do poder público local. A título de exemplo, no dia 3 de outubro de 2019, na cidade de União dos Palmares, os integrantes dos movimentos Sem Terra e Via do Trabalho, ao tentarem realizar uma feira para venda de seus produtos, foram surpreendidos por uma ordem do poder público da cidade, afim de que mudassem de local. Ou seja, não poderiam mais revender os seus produtos na antiga Estação Ferroviária, o local previamente combinado para a ação.

Segundo relatos dos integrantes destes movimentos socioterritoriais, a Prefeitura tinha permitido alguns dias antes, que armassem as barracas neste local. Como resposta, os trabalhadores instalaram seus estandes de venda na calçada da Prefeitura da cidade (fotografia 3). Esse acontecimento demonstra a falta de apreço pela vulnerabilidade socioeconômica dos sujeitos sem-terra. A negligencia não ocorre apenas na esfera estadual, mas, também, na esfera municipal.

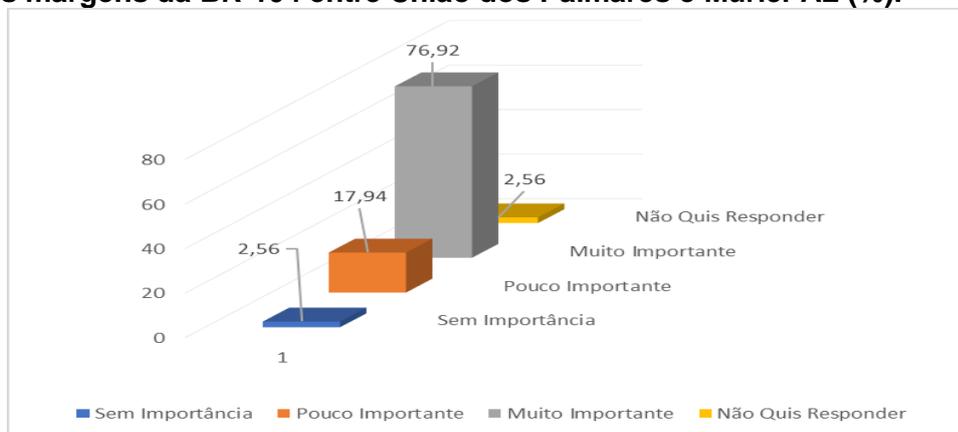
**Fotografia 3: MST e Via do Trabalho 'acampam' na calçada da prefeitura.**



Foto: Alyson Santos, BR104, 2019

Entretanto, apesar das contrariedades a que estão submetidos, estes sujeitos não perdem de vista o sentido político de classe social. Quando questionados, por exemplo, sobre a importância dos movimentos socioterritoriais, 76,92% responderam que consideram muito importante essa forma de organização social. Apenas 17,94% consideram pouco importante ou sem importância (gráfico 5). Todos os entrevistados se afirmam como integrantes de movimentos socioterritoriais. Dentre eles, os mais atuantes são: o Movimento pela Liberação da Terra, Terra Livre, Movimento Sem Terra, Movimento Unidos pela Terra e Movimento Terra Livre.

**Gráfico 5: A importância dos movimentos socioterritoriais para as famílias acampadas às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici-AL (%).**



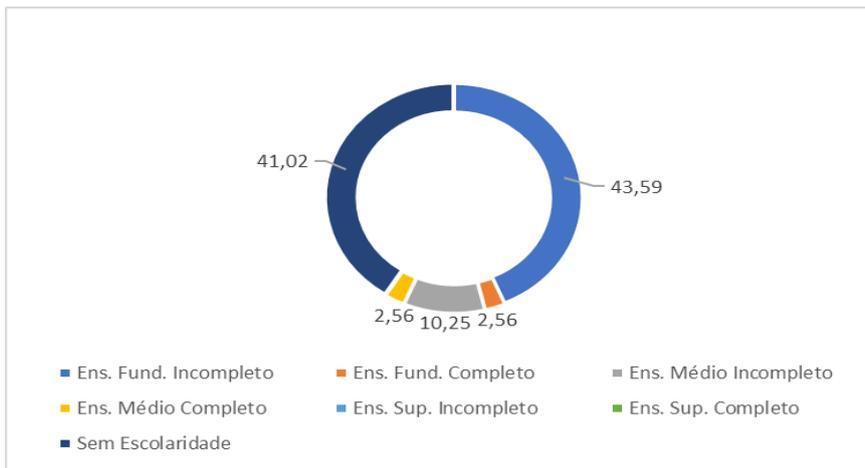
**Fotografia 4: Acampamento do MST em Branquinha.**



Foto: dos autores, 2018

Em relação à escolaridade, 41,02% não sabem ler ou escrever. Questionados do por que da não escolarização, a maioria afirma que nunca entraram em uma escola devido à moradia distante ou por questões ligadas a trabalho para ajudar no sustento da família. Ao menos 43,59% possuem o ensino fundamental incompleto. Questionados sobre a evasão, alegam ter abandonado a escola por terem que fazer a difícil escolha entre trabalhar, cuidar da família ou estudar. Ao total, apenas 2,56% possui ensino fundamental completo, e 2,56% o ensino médio completo. O baixo nível de escolaridade dos entrevistados revela a falta ou ineficácia de políticas públicas para a população rural. O trabalho precoce é um dos problemas a serem combatidos pelo Estado para tentar minimizar essa evasão escolar.

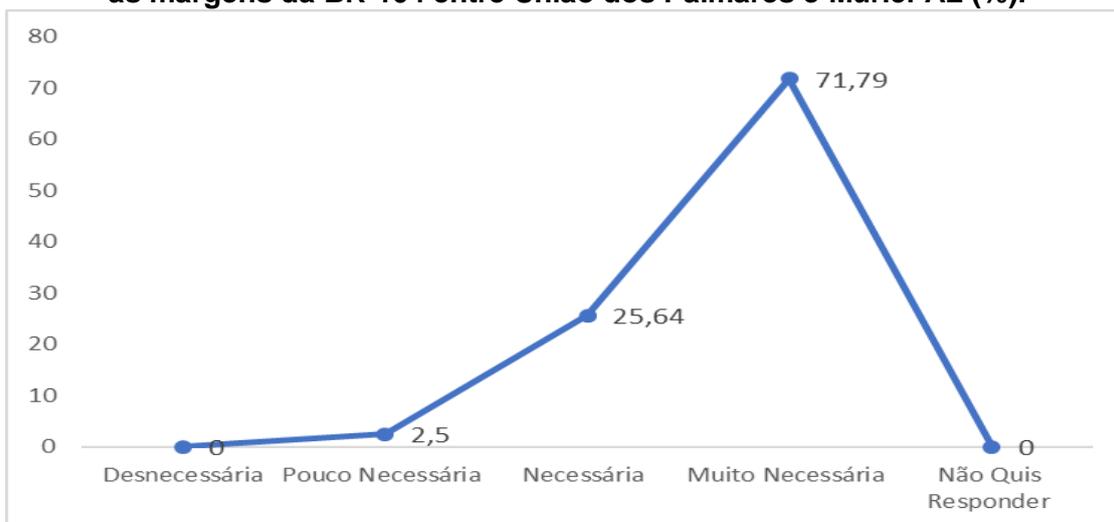
**Gráfico 6: Escolaridade das Famílias acampadas às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici-AL (%).**



Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

Ao serem questionados sobre a importância da reforma agrária, pelo menos 71,79% dos entrevistados responderam que a consideram “muito necessária” contra 25,64% que a consideram “necessária”, e apenas 2,5% que a consideram “pouco necessária” (gráfico 7). Isso demonstra o quanto de esperança eles têm, de que um dia a reforma agrária seja, de fato, implementada. Questionados também sobre o que compreendem por reforma agrária, notou-se entre eles uma certa dificuldade em conceituarem. Entretanto, as suas falas revelam um grande conhecimento prático sobre o tema. Algumas falas como “[...] a reforma agrária para mim é a distribuição de terras para quem deseja plantar e dela sobreviver” ou “[...] a reforma agrária é a valorização da agricultura e da família do campo” revelam um pouco disso.

**Gráfico 7: A percepção da importância da reforma agrária para as Famílias acampadas às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici-AL (%).**



Fonte: elaborados pelos autores, 2018.

A reforma agrária, portanto, aparece como uma possibilidade de minimização dos efeitos perversos desta questão, bem como da vulnerabilidade social a que estes sujeitos estão submetidos. Conforme Carvalho e Gonçalves (1998, p. 17) a reforma agrária é:

[...] tomar as terras que estão nas mãos de alguns, improdutivas, e dá-las a quem possa torná-las produtivas. Há pessoas que têm terras apenas para se sentirem donas delas, esperando que possam valer mais e mais dinheiro. Ali, não há uma planta que alimente, nem animais. São apenas quilômetros e quilômetros de terras vazias. E, porque nada produzem, são chamadas improdutivas. Tornar uma terra produtiva é extrair dela o que pode nos dar: muitas plantas que nos alimentem, ou o pastoreio que torna os bois e cabras e carneiros e cavalos úteis aos homens.

Sendo assim, a reforma agrária não atinge todas as propriedades privadas, apenas as propriedades consideradas improdutivas ou latifundiárias. Por ela, é possível pensar numa estrutura fundiária menos excludente. A reforma agrária é, por assim dizer, a tábua de salvação de milhares de camponeses que, tal qual os das margens da BR-104, sofrem, Brasil afora, as agruras de viverem à margem da sociedade.

## **Considerações finais**

A perpetuação da estrutura fundiária alagoana, destinada a monocultura canavieira do período colonial aos dias atuais, continua a expulsar da terra os desprovidos do capital. Porém, nota-se, uma resistência diante deste processo de usurpação, legalizada pelo sistema capitalista, do acesso às terras. Essa resistência se faz presente através dos movimentos socioterritoriais, que lutam pela distribuição igualitária das terras no Brasil. A prática agropecuária nas margens da BR-104 é, também, uma forma de manifestação desta resistência.

É necessária a compreensão de que a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários impulsiona vários problemas socioeconômicos para a sociedade como um todo. Um deles, derivado da vulnerabilidade dos camponeses, é a própria produção de alimentos. Portanto, acreditamos que, a importância deste trabalho está na sua relevância em oferecer dados relacionados à atual situação vivenciada por essa classe social nas margens da BR-104, entre as cidades de União dos Palmares e Murici – AL. Estes dados podem apontar caminhos para a superação ou minimização dos problemas agrários ligados a nossa questão agrária.

Precisamos pensar na reestruturação da produção agrícola de beira de estrada, com um novo olhar geográfico, onde o sistema técnico agrícola inerente à irrigação pode ser uma mola propulsora para a inserção desse espaço agrário na economia local. Outras variáveis que deveriam ser discutidas são as distribuições, o transporte, o armazenamento,

o consumo etc. Mas, infelizmente, essa inserção está longe da realidade; isto é, excludente. Uma vez que a agricultura do estado alagoano é espacialmente concentrada na monocultura da cana-de-açúcar, e a de beira de estrada só atinge apenas uma pequena parcela da economia alagoana.

O mundo do capital nos revela que ele é perverso, centralizador, paralelo a uma enorme expansão de pobreza, desigualdade social e territorial. Entretanto, os ambientes que aqui foram pesquisados, são o que chamamos de um novo espaço luminoso para a solidariedade, a socialização e a sustentabilidade com o meio.

## **SOBRE OS AUTORES**

**Ronaldo Rodrigues de Melo Junior** – Discente em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERRI) e do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Estudos Sobre Vulnerabilidade Socioambiental (LEVSA). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-4184-9417>.

**Leandra Lourenço Domingos** – Discente em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERRI) e do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Estudos Sobre Vulnerabilidade Socioambiental (LEVSA). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1788-0548>.

## **Referências**

ALVES, R. B. **Agropecuária de beira de estrada em Sergipe: um estudo da BR 235** (Dissertação). São Cristóvão, 2015.

BR104 (Site). Disponível em <<https://www.br104.com.br/uniao-dos-palmares/trabalhares-rurais-ocupam-calcada-da-prefeitura-recolhimento-barracas/>> Acessado em 29 de outubro de 2019.

CARVALHO, C. P. **Análise da Reestruturação Produtiva da Agroindústria Sucoalcoleira Alagoana**. Maceió: Edufal, 2009.

CARVALHO, A.; GONÇALVES, J. **Reforma Agrária** – Belo Horizonte, MG: Ed. Lê, 8ª edição, 1998.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em <[https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=27&tema=76434](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=27&tema=76434)> Acessado em 30 de agosto de 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas 2003.

MELO JUNIOR, R. R. et al. **Estrutura fundiária e resistência camponesa no Brasil: breves considerações**, 2019. Disponível: <<https://doity.com.br/anais/geterri2019>> acesso em 27 de Agosto de 2019

REZENDE FILHO, C. B. **História econômica geral**. São Paulo. Contexto, 2 edição, 1995.

AGRICULTURA MARGINAL E VULNERABILIDADE CAMPONESA: UM ESTUDO DE CASO COM TRABALHADORES ACAMPADOS ÀS MARGENS DA BR-104, ENTRE AS CIDADES ALAGOANAS DE UNIÃO DOS PALMARES E MURICI

SANTOS, J. O.. **Fragilidade e riscos socioambientais em Fortaleza - CE**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

SOUSA, R. **Da luta por acesso à terra aos desafios da permanência**: uma contribuição ao estudo da questão agrária no Brasil e Cuba / Reinaldo Sousa – São Cristóvão/ Sergipe, 2017.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária e Reforma Agrária parcial em Alagoas**, 2017: Disponível em:

<[https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/qt06\\_1502999880\\_arquivo\\_questaoagrariae\\_reformaagrariaparcialemalagoas.pdf](https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/qt06_1502999880_arquivo_questaoagrariae_reformaagrariaparcialemalagoas.pdf)> acesso em 27 de Agosto de 2019.

---

## Sobre os autores

---

**Ronaldo Rodrigues de Melo Junior** – Discente em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERRI) e do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Estudos Sobre Vulnerabilidade Socioambiental (LEVSA). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-4184-9417>.

**Leandra Lourenço Domingos** – Discente em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERRI) e do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Estudos Sobre Vulnerabilidade Socioambiental (LEVSA). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1788-0548>.

---

## Como citar este artigo

---

MELO JUNIOR, Ronaldo Rodrigues de; DOMINGOS, Leandra. Agricultura marginal e vulnerabilidade camponesa: um estudo de caso com trabalhadores acampados às margens da BR-104, entre as cidades alagoanas de União dos Palmares e Murici. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 307-323, Dossiê, 2021.

---

## Declaração de contribuição individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. O **Ronaldo Rodrigues de Melo Junior** ficou especialmente responsável pela aquisição de dados, interpretação, análise e desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda autora **Leandra Lourenço Domingos**, interpretação, análise, procedimentos técnicos e tradução. A revisão crítica foi desenvolvida em equipe com integrantes dos grupos de pesquisa LEVSA (Laboratório de Estudos Sobre Vulnerabilidade Socioambiental) e do GETERRI (Grupo de Estudo Territoriais) ambos da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.

---

Recebido para publicação em 20/09/2020  
Devolvido para a revisão em 10/10/2020  
Aceito para a publicação em 17/04/2021